

**Notas e informações**

# Um presidente solitário

A impressão geral é de que o Executivo está sem rumo. Depois de haver suspenso o pagamento dos juros da dívida externa por questão de honra patriótica e de segurança nacional, o chefe do governo parece não saber o que propor aos credores. A única coisa que o Brasil sabe ao certo é que o presidente estabeleceu que os credores deverão aceitar as condições que os negociadores brasileiros lhes levarem. O que falta, agora, é definir e estabelecer essas condições.

Os bancos credores, como assinalávamos domingo — e como voltamos a dizer hoje em nosso editorial econômico —, não têm posições idênticas; elas variam de acordo com as providências acautelatórias que tomaram antes de 20 de fevereiro; segundo as normas legais que regem a fatura de seus balanços, e a imagem que seus dirigentes fazem da evolução política no Brasil. Essa imagem, diga-se de passagem, parte do registro de que as forças contrárias à política que o Executivo está realizando são de pequena eficácia interna (basta ver, por exemplo, quantas vezes se ergueram na Assembléia Constituinte para fustigar a moratória). Apesar dessas divergências, um fato une os dirigentes dos bancos internacionais: eles têm tempo. Sem muita chicaneria, eles podem considerar que estão legalmente protegidos da obrigação de lançar a dívida brasileira na rubrica "Créditos em liquidação" até o fim de março — embora haja quem sustente, e com razão, que o Brasil rompeu os contratos que tinha com eles. Tendo prazo até 31 de março, têm tempo para articular uma estratégia coerente de ação, a qual preveja, inclusive, a possibilidade de aceitar algumas das condições do Brasil a fim de evitar *de jure* o confronto.

O governo Sarney, pelo contrário, tendo suspenso a ponte levadiça e aberto as comportas para encher os fossos que circundam o castelo, sitiou-se. E o fez na pior situação estratégica possível, diga-se a bem da verdade: no sítio, o sitiado troca espaço por tempo. Ora, o Brasil trocou todo o espaço que possuía no mundo, mas não sabe quanto tempo tem a seu dispor, porque não sabe quanto tempo os credores desejarão para respirar, ou convencer seus acionistas de que perdido por um, perdido por mil. A evidência de que a aguda consciência da inferioridade estratégica em que a decisão

de 20 de fevereiro colocou o Brasil já permeou o Executivo está no fato de o presidente Sarney haver recorrido ao típico expediente das situações de crise, nomeando comissão para assessorá-lo na condução das negociações. Essa comissão, ao que se noticia, é integrada pelo ministro da Fazenda, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (que legalmente é o ministro-chefe da Casa Militar) e pelo ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações. A esses ministros, juntaram-se o assessor especial para Assuntos Internacionais, o embaixador em Washington e o sr. Eliezer Batista da Silva, presidente da Vale do Rio Doce Internacional.

Tendo-se decretado a moratória nos moldes em que se fez, esse grupo só pode trabalhar com hipóteses, pois o Executivo só reage, não age. A primeira hipótese que se formulou é a de que os credores aceitarão as condições básicas, que estão sendo fixadas, buriladas, tornadas atraentes ou repulsivas (dependendo do humor nacionalista de quem as elabora). A segunda hipótese é a de que os credores endurecerão. Como se vê, um exercício acadêmico, desses que se dão no fim do curso colegial — com a diferença de que esse exercício tem um preço, que é a tranqüilidade de 136 milhões de brasileiros.

Na hipótese otimista, tudo irá bem, teremos petróleo e matérias-primas, progresso social e desenvolvimento econômico, uma Constituição liberal e um mandato folgado para o presidente Sarney. Na segunda hipótese, faltarão petróleo e matérias-primas (que serão racionados), haverá recessão, a Constituinte poderá fugir ao controle do centro democrático e o mandato presidencial correrá o risco de ser encurtado, além de a crise social se instalar. Para essa hipótese, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional já teria feito os estudos pertinentes, os quais prevêem a decretação de medidas de emergência.

Como brasileiros, só nos resta esperar que os dirigentes dos bancos credores tenham *fair play* suficiente para conduzir com generosidade esta partida de xadrez jogada com um desafiante que no início sacrificou uma torre a troco de nada. Fique, no entanto, para a opinião pública, o registro daquilo que na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional se supõe possa vir a acontecer: racionamento de

combustível e matérias-primas e decretação de medidas de emergência para enfrentar a exploração política que a CUT e a CGT farão da crise.

Essa face — a da improvisação reinante no meio civil do Executivo — é distintiva da Novíssima República. A outra, porém, é mais característica dela: a falta de pudor de ministros de Estado, que, diminuídos em sua função, nem por isso colocam o cargo à disposição do presidente. Funcionando como assessoria direta do presidente ou do Conselho de Segurança (sim, do Conselho de Segurança Nacional, pois ele é o órgão de mais alto nível na assessoria direta do presidente da República em matéria de segurança nacional), na realidade a existência desse grupo de assessores é a prova cabal de que o ministro Funaro não tem, do chefe do governo, confiança plena. Se dela gozasse, haveria necessidade de o ministro Marco Maciel aconselhar o presidente da República sobre o que fazer em matéria de dívida externa? Ou o sr. Eliezer Batista, cidadão da maior respeitabilidade e digno de integrar qualquer ministério, ser chamado a opinar?

No fundo, o presidente Sarney sente-se só e sabe que não conta, no Ministério da Fazenda, com quem lhe possa dizer "este é o caminho correto". Por isso, além de assessores especiais permanentes, necessita agora de um grupo especialíssimo, que no âmbito do Conselho de Segurança ou da Presidência (o que vem a dar no mesmo) lhe aponte as consequências de seu gesto fatal.

Melhor para o País e para a tranqüilidade pessoal do sr. presidente da República seria s. exa. desfazer-se de vez daqueles em cujo concurso solitário o chefe do governo não confia. O estadista, já o dissemos, está desobrigado do dever de lealdade para com os amigos; deve lealdade apenas ao País. Se o presidente necessitou, para orientá-lo sobre as consequências da medida que tomou, tudo indicava, sexta-feira à noite, com plena consciência do que adviria em seguida, chamar para junto de si um grupo do qual participa inclusive o ministro da Fazenda, melhor seria para todos que fosse buscar outro titular para a Pasta. Alguém que possa assumir a responsabilidade das medidas que propõe, que tenha discernimento para nada aconselhar contra o bem do Estado e que goze da confiança do presidente.